

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados de experiências do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizado no Serviço Social Judiciário (SSJ) no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS) na Comarca de Novo Hamburgo considerando o registro das observações, experiências e reflexões, oportunas ao processo de estágio, sob supervisão profissional de assistente social e orientação acadêmica de docente. Segundo o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFRGS, o estágio supervisionado obrigatório é um dos componentes curriculares da nossa formação. Constitui-se a partir de atividades práticas avaliativas do aluno, através de sua inserção em um espaço sócio-ocupacional de trabalho do Assistente Social. O Estado brasileiro é soberano e composto por três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com funções distintas, porém harmônicas entre si. O Poder Judiciário tem a função de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Neste espaço sócio-ocupacional, compartilhado com uma equipe técnica interdisciplinar, composta por quatro assistentes sociais e duas psicólogas, o assistente social é chamada para intervir como perito exercendo a função de auxiliar da justiça (Lei 5869/1973). Cabe ao profissional compreender as expressões da questão social e suas resistências, articulando-as com as políticas públicas existentes, com base em uma visão crítica da totalidade no que se refere à realidade em que se encontra o usuário, que apresenta algum problema com o sistema de justiça, ou que o demande. É requerido do assistente social a capacidade de conhecer em profundidade as situações expressas no primeiro momento em sua imediaticidade, recuperando sua construção histórica em uma perspectiva crítica para analisá-la e interpretá-la na sua real complexidade. Para além da perícia social, o assistente social judiciário é responsável por executar projetos ligados ao Juizado da Infância e Juventude, que são elaborados pela Coordenadoria Regional da Infância e Juventude (CIJ/RS). No que diz respeito à inserção da estagiária no espaço sócio-ocupacional, fazia parte da rotina do estágio perícias sociais, participação em audiências concentradas, encontros de preparação para adoção, colocação de crianças e adolescentes em família substituta e a participação na construção dos projetos propostos pela CIJ/RS. Na atual conjuntura, em que cada vez mais se percebe a judicialização das expressões da questão social e das políticas públicas, gerando a criminalização da pobreza e a judicialização dos direitos sociais é imprescindível tanto ao assistente social, como a estagiária manter o compromisso com a dimensão ético-política da profissão e superar as motivações de caráter fiscalizatório com as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social extrema. O processo de estágio em Serviço Social pela UFRGS é constituído pelos Estágios I, II e III e compreende a apreensão dos processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais; as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão; o reconhecimento do espaço institucional; apreensão sobre as demandas da população usuária e das contradições presentes no cotidiano profissional. A partir das experiências de Estágio Curricular Obrigatório foi elaborado e executado, entre os meses de agosto de 2018 e junho de 2019, o projeto de trabalho, inicialmente proposto pela CIJ/RS, chamado Entrega Responsável. O objetivo geral do projeto foi de realizar capacitações com a rede de atendimento de mulheres gestantes ou mães que manifestem o interesse em entregar seus filhos para adoção, visando contribuir para garantir a proteção das crianças e dentre as metas havia a de aproximar as relações de trabalho entre o Poder Judiciário e as equipes de trabalho, principalmente com os trabalhadores dos espaços que atendem essas mulheres, visando tornar as relações sociais mais humanas. Para atingir os objetivos e metas, com apoio da supervisão (de campo e acadêmica), se estabeleceu uma proposta metodológica a partir da realização de reuniões e oficinas com a rede de atendimento de mulheres gestantes ou parturientes do município para abordar assuntos pertinentes a entrega de bebês para adoção, tais como: mito do amor materno, entrega legal não é abandono e pressupostos para um bom atendimento articulado em rede. Como resultado e reflexões deste projeto pode-se destacar que as aproximações ocorridas com a rede de atendimento, possibilitaram que a equipe técnica do judiciário fosse vista como parte da dessa rede. Em consequência de o judiciário ser percebido como um local de tomada de decisões e muitas vezes autoritário, a equipe técnica desse espaço sócio-ocupacional é compreendida também desta forma pelos sujeitos externos, o que acabava prejudicando o próprio trabalho em rede, pois o entendimento de que a situação das famílias se tornará demanda do serviço social judiciário quando a rede do território não tiver mais como intervir auxilia para a morosidade das situações. A intersetorialidade motivada pelo projeto entrega responsável possibilitou o diálogo entre os trabalhadores que atendem as famílias do município, sejam eles servidores públicos ou terceirizados. Conclui-se que o estágio em Serviço Social constitui-se como um processo fundamental de mediações teórico-práticas, qualificação e ampliação do conhecimento orientado pelos princípios do Projeto ético-político. Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Curricular; Intersetorialidade